



## Grande atividade processual é destaque no Fórum Distrital do Continente

O Fórum Distrital do Continente, que atende cerca de 23% dos jurisdicionados (94.906 habitantes) da Comarca da Capital, possui atualmente 12 mil processos em tramitação. Segundo o diretor do Foro, juiz Artur Jenichen Filho, o volume de ações se iguala ao de uma comarca de entrância final, como Curitiba ou Brusque. Na Vara Criminal onde atua o magistrado, por exemplo, a carga processual é parecida com as outras varas criminais da ilha. Enquanto o continente responde por 3.020 processos, os outros magistrados criminais estão com 3.060 ações em seus gabinetes. "Se pararmos para pensar nas comunidades marginalizadas, inclusive, podemos afirmar que as ocorrências criminais da Capital se concentram nessas redondezas", constata o diretor do Foro. A atividade diária da Vara da Família continental também confirma o intenso serviço prestado pelo Foro. Na unidade tramitam 5.751 mil ações, enquanto as demais varas da ilha, desta competência, possuem, em média, 4.703 processos. A Comarca da Capital expandiu-se para o continente em 1999, mas, somente,



em 2002 ganhou sede própria. O atual prédio - com uma fachada em estilo romano - foi inaugurado em dezembro de 2002 e registra uma circulação diária de 200 pessoas. Trabalham na unidade cinco juízes, 44 servidores e outros 47 funcionários, distribuídos em três varas

cíveis, uma da família e uma criminal, bem como em salas da OAB e do Ministério Público. Os demais florianopolitanos (67% dos habitantes ou 323.142 ilhéus) são atendidos por 19 magistrados, que possuem em média, uma carga de 4.250 processos por gabinete.



Comarca: Capital - entrância especial

Inauguração do prédio: 19 de dezembro de 2002

Características prediais: 2 pavimentos, 1929,72 m<sup>2</sup> - Arquiteto: Aldo Luiz Eickhoff

Primeiro juiz: Dr. Victor José Sebem Ferreira

Denominação: Dr. Henrique Madaloni Júnior

Juízes atuantes (2008): Artur Jenichen Filho (diretor), Ana Luisa Schmidt Ramos Bornhausen (substituta), Volnei Celso Tomazini, Luciana Pelisser Gottardi (substituta) e Guilherme Nunes Born

Localização: Rua São José, s/nº, Balneário, Florianópolis.



Programa Justiça Legal

TVBV  
domingo, 9h

TV CÂMARA e TV AL  
quinta-feira, 14h  
segunda-feira, 14h

TV JUSTIÇA  
sábado, 14h30  
domingo, 06h30 e 12h



## TSIs e a missão de manter o sistema no "ar" 365 dias por ano

O parque computacional do Poder Judiciário catarinense possui 9,3 mil máquinas, utilizadas tanto como importante banco de dados processuais como também para o gerenciamento



Adriano é TSI desde 2002

de orçamentos e finanças. Para cuidar desses bens digitais, 169 Técnicos de Suporte de Informática (TSIs) trabalham diariamente nas 110 comarcas do Estado, em atenção aos chamados dos servidores do Judiciário. Destes, 25 dão suporte aos 1.577 computadores do TJ. Todos possuem, entre suas atribuições, o gerenciamento de softwares e o auxílio aos funcionários sobre conhecimentos básicos de informática. Porém, mais que isso, trabalham com uma grande responsabilidade: manter o sistema no "ar", em comunicação com todo o Poder Judiciário. Para isso, o TSI recebe um curso de treinamento de cinco semanas, com um total de 180 horas. A equipe de técnicos também participa do Encontro Estadual de TSI, que desde 2003 traz as novidades do mundo digital e dos projetos do Judiciário, além de proporcionar aos profissionais um local para troca de experiências. Eles são capacitados não só para manutenção de computadores e impressoras, mas para gerenciar softwares e impressoras, mas para gerenciar softwares próprios do Poder Judiciário - como o SAJ

e o Fólio. Sem esquecer do atendimento aos funcionários, tarefa que por vezes requer paciência. Segundo o relatório de atividades da Diretoria de Informática (DI), entre 2006 e 2007 foram atendidos 18.533 chamados. Em média, 45 atendimentos diários. Os mais comuns são configurações de e-mails e instalação e manutenção de aplicativos. "É importante ressaltar que as atividades desses funcionários não se restringem somente à manutenção de equipamentos", registra Giovanni Moresco, diretor da DI. Ele relembra a instalação da rede na Torre II do TJ, data em que TSIs de todo o Estado trabalharam contra o tempo antes da inauguração. Assim, esses profissionais possuem a missão de manter o sistema de informática em ordem, dentro de um ambiente de trabalho conectado aos computadores, além de fiscalizar o uso racional dos equipamentos de informática e, atualmente, de telefonia. Sobre o perfil desse profissional, o chefe da Divisão de Equipamentos da DI, Luiz Carlos de Espíndola, conta ser fundamental a vontade de aprender s e m p r e , pois o mundo da informática passa por constante evolução.



Débora é uma das seis mulheres TSIs do TJ

## Perfil: Débora Piazza



Servidora do TJ há oito anos, a arquiteta Débora Carolina Piazza foi a primeira mulher a ingressar na área de engenharia do Judiciário catarinense. Chefe da Divisão de Projetos Arquitetônicos da Diretoria de Engenharia e Arquitetura do TJ desde 2004, Débora administra uma equipe formada por seis arquitetos, uma engenheira e um acadêmico da área. Sua rotina é coordenar e executar os projetos arquitetônicos planejados pela administração do Judiciário (novas obras, reformas e ampliações). Entre os principais trabalhos, destaca os projetos elaborados para a Casa da Cidadania e os fóruns de entrada inicial - ambos com layout padrão em todo o Estado. Um

dos últimos projetos que supervisionou foi a reforma e ampliação do auditório do Tribunal Pleno, um grande desafio profissional pelo curto prazo de execução e pela reutilização do espaço. "A gente cria e é uma grande satisfação ver o projeto tornar-se uma realidade e ser utilizado por magistrados, servidores e pela população", anima-se. Para complementar a carreira no Judiciário, a arquiteta graduou-se também em Direito, em 2003. Até nas horas vagas ela não se desvincula da profissão: gosta de apreciar fotografias de detalhes arquitetônicos.



## Sem tempo para respirar, Setor de Licitações administra as aquisições do Judiciário

Trabalho é o que não falta para a Divisão de Licitações da Diretoria de Material e Patrimônio (DMP) do Tribunal de Justiça, responsável pelas aquisições no âmbito do Poder Judiciário. Em 2007, por exemplo, o setor efetivou 228 contratações com investimentos de R\$ 32 milhões, algo como uma licitação por dia útil. Neste ano, na recém-iniciada gestão, seis licitações já foram concluídas, 45 estão em trâmite e outras 31 aguardam conclusão, ainda referentes aos processos iniciados no ano passado. O chefe da Divisão, Nilton Osório Filho, coordena uma equipe - composta por dez servidores e três terceirizados - responsável pela realização de licitações e outras formas de contratação de obras, bens e serviços para todo o Judiciário catarinense. O Sistema de Acompanhamento de Licitações, implantado em 2004, gerencia todos os processos licitatórios. "O sistema melhorou a rotina do setor e o controle sobre as licitações", avalia o assessor técnico Amauri Elci Manoel. Entre as principais facilidades estão a retirada do edital e o acompanhamento dos processos pela internet. Cada licitação dura em média 45 dias e há uma comissão permanente formada por cinco funcionários capacitados para atuar nas seis modalidades: concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão e pregão, além de outras formas de contratação efetuadas por intermédio de dispensa de licitação e inexigibilidade. Para que o resultado da licitação seja satisfatório é muito importante a especificação correta da obra, bem ou serviço a ser contratado. "A administração seleciona sempre a proposta mais vantajosa, ou seja, aquela que atenda as exigências legais do edital com qualidade e preços possíveis, observando-se sempre os princípios que norteiam a atividade administrativa", explica o diretor da DMP do TJ, Etor José Zorzi.

